

Pedagogo



O CRAS de Samambaia, em articulação com o CREAS, uma escola pública e a rede de saúde, desenvolveu ações com adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Entre os participantes estava Lucas, de 17 anos, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, com histórico de evasão escolar, conflitos familiares e uso frequente de álcool e outras drogas. Também participava Mariana, de 15 anos, acolhida institucionalmente após situações de abandono e violência intrafamiliar, que relatava pouca participação nas decisões sobre sua própria rotina.

A equipe elaborou o projeto “Território, Direitos e Projetos de Vida”, com rodas de conversa, atividades sobre direitos humanos, reconhecimento dos recursos do território e construção de projetos de vida.

Durante o planejamento, alguns profissionais defenderam intervenções mais disciplinares, responsabilização das famílias e abstinência como condição para participação nas atividades. A pedagoga propôs, em contrapartida, ações voltadas ao fortalecimento de vínculos, autonomia, protagonismo, responsabilização, redução de danos, participação social e garantia de direitos.

Ao analisar a situação da família de Lucas, a equipe identifica que determinadas condutas classificadas como negligentes coexistem com precariedade de renda, fragilidade da rede de apoio e dificuldades de acesso continuado a serviços públicos.

01. Considerando a natureza da intervenção pedagógica em contextos de vulnerabilidade social, assinale a alternativa que apresenta a abordagem mais adequada.

A. A vulnerabilidade socioeconômica deve funcionar como elemento explicativo da dinâmica familiar, deslocando a responsabilização para o âmbito das políticas públicas sempre que as condições materiais limitarem o exercício das funções protetivas.

B. A intervenção deve distinguir vulnerabilidade social de negligência, evitando tanto a culpabilização automática da família quanto a desconsideração de responsabilidades, e construir ações educativas articuladas ao fortalecimento de capacidades protetivas e

ao acesso a direitos.

C. A caracterização da negligência deve preceder a análise das condições territoriais, pois o reconhecimento das responsabilidades familiares constitui requisito para que as vulnerabilidades possam ser posteriormente trabalhadas pela rede.

D. O trabalho pedagógico deve enfatizar a reconstrução das competências familiares, enquanto as condições socioeconômicas devem ser tratadas pelas políticas setoriais responsáveis, preservando a especificidade de cada intervenção.

E. A intervenção deve privilegiar o fortalecimento dos vínculos intrafamiliares, uma vez que a ampliação do acesso a serviços possui natureza assistencial e não integra diretamente os processos educativos desenvolvidos com famílias.

Mariana afirma que diversas decisões relacionadas à sua rotina são tomadas pelos profissionais da instituição sob o fundamento de proteção. Em reunião, parte da equipe defende que sua participação seja ampliada somente após demonstrar maior capacidade de avaliar as consequências de suas escolhas.

02. À luz de uma prática pedagógica orientada para autonomia e protagonismo, essa posição apresenta como principal problema o fato de:

A. Atribuir ao acolhimento institucional caráter incompatível com a construção da autonomia, que deve ser desenvolvida prioritariamente em contextos comunitários.

B. Confundir protagonismo com poder decisório, uma vez que adolescentes acolhidos podem participar de atividades, mas a definição das escolhas relevantes pertence tecnicamente aos responsáveis pela proteção.

C. Pressupor a autonomia como condição prévia para a participação, quando a própria participação mediada constitui processo por meio do qual capacidades de expressão, escolha, responsabilização e decisão podem ser desenvolvidas.

D. Reduzir a autonomia à manifestação de preferências individuais, quando o protagonismo pressupõe que o adolescente tenha liberdade decisória equivalente à dos adultos responsáveis por seu acompanhamento.

E. Supervalorizar a capacidade de decisão do adolescente em detrimento da proteção, visto que situações de institucionalização justificam maior restrição da participação até a superação dos fatores que determinaram o acolhimento.

Durante o acompanhamento de Lucas, um profissional sustenta que o êxito da medida socioeducativa deveria ser aferido principalmente pela obediência às determinações institucionais, pela ausência de novas ocorrências e pela regularidade de sua frequência às atividades.

03. Considerando a dimensão pedagógica da socioeducação, assinale a alternativa CORRETA:

A. Esses elementos podem integrar o acompanhamento, mas não esgotam a finalidade socioeducativa, que demanda articulação entre responsabilização, garantia de direitos, escolarização, vínculos sociais, desenvolvimento pessoal e construção de novas possibilidades de inserção social.

B. A proposta é adequada, pois a responsabilização inerente à medida socioeducativa exige que indicadores comportamentais tenham precedência sobre dimensões relacionadas à autonomia e ao projeto de vida.

C. A proposta deve ser complementada por atividades escolares, uma vez que a finalidade pedagógica da medida se concretiza mediante a combinação entre disciplina institucional e recomposição da trajetória educacional.

D. A ausência de reincidência constitui o principal indicador pedagógico do atendimento, ainda que deva ser analisada em conjunto com fatores familiares, escolares e comunitários.

E. A regularidade no cumprimento das atividades traduz o grau de adesão do adolescente ao processo socioeducativo e, por isso, oferece parâmetro suficiente para verificar a efetividade da intervenção pedagógica.

No debate sobre o uso de álcool e outras drogas, a equipe considera três possibilidades: estabelecer abstinência como meta inicial; manter Lucas nas atividades mesmo que continue fazendo uso; ou trabalhar es-

tratégias graduais de cuidado construídas com o adolescente.

04. Sob a perspectiva da redução de danos, a terceira alternativa se diferencia das demais porque:

A. Substitui objetivos terapêuticos por metas exclusivamente educativas, preservando a autonomia do adolescente em relação às escolhas que envolvem o próprio consumo.

B. Admite a permanência do uso como resultado esperado do acompanhamento, concentrando a intervenção na diminuição de suas repercussões sociais.

C. Reconhece que a proteção pode ser construída a partir das condições concretas do sujeito, sem fazer da abstinência requisito para vínculo e cuidado, favorecendo estratégias possíveis de redução de riscos e danos.

D. Desloca a responsabilidade sobre o consumo do adolescente para os determinantes sociais, evitando abordagens centradas na mudança de comportamento individual.

E. Transforma a abstinência em objetivo secundário obrigatório, a ser perseguido após a estabilização dos fatores sociais associados ao consumo.

No projeto, os adolescentes serão convidados a mapear serviços públicos, organizações comunitárias, espaços culturais e instâncias de participação do território. Um dos profissionais propõe que a atividade tenha como produto final uma lista de equipamentos e respectivos encaminhamentos. A pedagoga considera a proposta insuficiente.

05. Sob a perspectiva da educação para a cidadania e o protagonismo social, a crítica da pedagoga se justifica porque:

A. O conhecimento dos equipamentos públicos é atividade de natureza informativa e, portanto, possui menor relevância pedagógica do que ações voltadas diretamente ao desenvolvimento socioemocional.

B. A formação cidadã requer que os adolescentes sejam preparados para utilizar adequadamente os serviços públicos, enquanto processos de participação comunitária pertencem a etapas posteriores da intervenção.

C. O protagonismo pressupõe que os participantes assumam a responsabilidade pela

resolução dos problemas identificados no território, reduzindo a necessidade de encaminhamentos realizados pelas equipes técnicas.

D. A leitura do território pode ultrapassar a identificação de serviços e envolver compreensão de relações sociais, reconhecimento de direitos, análise de problemas coletivos e construção de possibilidades de participação e incidência social.

E. O mapeamento territorial deve priorizar redes informais e organizações comunitárias, pois a vinculação a serviços institucionais tende a reforçar relações de dependência dos usuários em relação ao Estado.

Durante uma oficina, um profissional propõe trabalhar direitos humanos a partir da seguinte premissa: “Para garantir igualdade entre todos, a atividade deve evitar enfatizar diferenças de raça, religião, gênero, origem social ou cultura, concentrando-se nos direitos que são comuns a qualquer pessoa”.

06. Considerando as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, assinale a alternativa CORRETA:

A. A proposta é pertinente porque a universalidade dos direitos humanos exige tratamento pedagógico uniforme, ainda que situações discriminatórias concretas possam ser discutidas em atividades específicas.

B. A proposta é parcialmente adequada, pois o reconhecimento das diversidades é compatível com a EDH, mas deve ser subordinado ao princípio da igualdade para evitar diferenciações entre grupos.

C. A proposta é adequada em espaços socioassistenciais, porque a abordagem das diversidades integra de maneira mais direta os currículos das instituições de educação formal.

D. A proposta é inadequada porque a Educação em Direitos Humanos deve priorizar identidades e diferenças em relação aos valores universais, especialmente em contextos marcados por exclusão.

E. A proposta é inadequada porque a igualdade de direitos não implica apagamento das diferenças, sendo a EDH orientada também pelo reconhecimento e pela valorização das diferenças e diversidades e pelo enfrentamento das formas de discriminação.

A equipe discute como incorporar a Educação em Direitos Humanos ao projeto sem transformá-la em uma sequência de palestras sobre legislação.

07. Entre as propostas apresentadas, assinale aquela que melhor se harmoniza com a concepção de Educação em Direitos Humanos estabelecida pelas Diretrizes Nacionais.

A. Organizar módulos conceituais sobre direitos fundamentais e, posteriormente, utilizar relatos dos participantes como exemplos destinados a demonstrar a aplicação prática dos conteúdos previamente consolidados.

B. Articular conhecimentos, experiências e práticas sociais, problematizando situações concretas de violação e garantia de direitos e favorecendo participação, diálogo, respeito às diversidades e construção de uma cultura de direitos humanos.

C. Estabelecer valores e condutas compatíveis com os direitos humanos como referências institucionais e utilizar as atividades educativas para promover sua internalização pelos participantes.

D. Concentrar a ação educativa nas experiências vividas pelos participantes, evitando a sistematização conceitual dos direitos humanos para preservar a vinculação das atividades com a realidade concreta.

E. Desenvolver atividades específicas sobre direitos humanos paralelamente às demais ações do projeto, garantindo que a abordagem transversal não interfira nas metodologias próprias do acompanhamento socioassistencial.

SUPER **SEMANA SEDES** **24 A 28/08**